

MAPA DE CUIDADOS PARTICIPATIVO (CUIDADOGRAMA): DESENHO DE UMA METODOLOGIA INTEGRATIVA PARA CO-CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DANIELLE FERREIRA MEDEIRO DA SILVA DE ARAÚJO
Pós-doutoranda ENAP

JÚLIO ANDRADE
UFF/ENAP

Resumo expandido

A soberania popular constitui princípio basilar do Estado Democrático de Direito, conforme o artigo 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, que dispõe: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]”. Assim, refletir sobre experiências que promovam o fortalecimento da participação social no Brasil é fundamental para enfrentar os desafios relacionados à efetividade dos direitos sociais (Araújo, 2018). Esses direitos, garantidos no artigo 6º da Carta Magna, abrangem educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.

A participação social constitui instrumento essencial de transformação social e de redução das desigualdades, contribuindo para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (Araújo, 2018). Como método de governança democrática, ela se baseia em princípios como transparência, responsabilidade (accountability), controle social e co-gestão. No entanto, a inclusão social exige mais do que a presença formal nos espaços participativos: requer escuta genuína das diversidades culturais, reconhecimento dos saberes locais e tradução das demandas comunitárias em políticas públicas efetivas (Araújo, 2018).

Segundo Gohn (2019), a participação social é fenômeno complexo e multidimensional, cuja institucionalização muitas vezes assume caráter simbólico. A

autora defende a necessidade de superar análises fragmentadas e articular participação, justiça social e igualdade real. Tatagiba (2014) acrescenta que, embora as periferias reivindiquem o direito à fala, suas expressões são frequentemente reduzidas a fragmentos de discurso, o que impõe o desafio de ampliar espaços de escuta e garantir o direito à voz dos cidadãos. Nessa direção, Gianella (2007) ressalta a importância de multiplicar códigos de comunicação como estratégia de ampliação da cidadania, valorizando a diversidade de recursos comunicativos e fortalecendo a construção coletiva do conhecimento.

Este estudo enfoca as políticas públicas de cuidado, considerando a importância das narrativas sociais para a construção dessa agenda. Durante os anos críticos de 2020 a 2022, marcados pela pandemia de COVID-19, o cuidado emergiu como um recurso escasso e disputado. Nesse contexto, os debates sobre quem deveria ser priorizado e como definir vulnerabilidade tornaram-se centrais, revelando que todos, em algum momento, precisam cuidar e ser cuidados (Araújo, 2023). A pandemia evidenciou as estruturas patriarcais e capitalistas que naturalizam o cuidado como responsabilidade doméstica e feminina (Daly & Lewis, 2000), além de explicitar as desigualdades sociais, econômicas e sanitárias que atravessam as formas de cuidar e de ser cuidado (Castilla, Kunin & Esmoris, 2020).

O conceito de cuidado é multifacetado, abrangendo dimensões afetivas, éticas e políticas, o que gera tensões entre público e privado, trabalho e família (Montaño & Calderón, 2010). Trata-se de uma prática relacional atravessada por gênero, raça e classe, expressando desigualdades interseccionais (Guimarães & Hirata, 2011). Hirata e Kergoat (1994) destacam que o cuidado constitui recurso invisível e desvalorizado, resultando em custos não reconhecidos para as mulheres, que acumulam responsabilidades e enfrentam a chamada “pobreza de tempo” (Ferrito, 2021). Essa sobrecarga é consequência da distribuição desigual da provisão de bem-estar entre Estado, mercado e família (Andrade, 2018).

A abordagem interseccional, conforme propõe Akotirene (2019), é fundamental para compreender que gênero, raça e classe operam de forma entrelaçada na

produção das desigualdades. Assim, discutir o cuidado sob a perspectiva de gênero implica reconhecer a diversidade das experiências de mulheres negras, indígenas, rurais e com deficiência (Araújo, 2023; 2024). Em tais contextos, o cuidado está intrinsecamente vinculado às territorialidades e às estratégias de permanência e proteção da vida (Araújo, 2024), sendo os territórios compreendidos como espaços de interação entre elementos naturais e sociais (Santos, 1996).

Embora o tema do cuidado já fosse debatido por movimentos sociais e pesquisadores, apenas em 2023 o Estado brasileiro o incorporou à agenda pública de forma estruturada, com a construção da Política e do Plano Nacional de Cuidados (Araújo, 2023). Os estudos desenvolvidos entre 2023 e 2024 evidenciam um avanço na institucionalização do cuidado como eixo das políticas públicas e reconhecem os saberes ancestrais e comunitários como fundamentais à gestão coletiva da vida (Araújo, 2024).

O percurso da pesquisa se desenvolveu em diferentes fases. Inicialmente, foi concebido no projeto “Desenho de uma metodologia integrativa para co-construção de políticas públicas”, o qual, posteriormente, amadureceu e se consolidou no “Mapa de Cuidados Participativo (Cuidadograma): desenho de uma metodologia integrativa para co-construção de políticas públicas”.

O Cuidadograma permite mapear os territórios de cuidado e subsidiar políticas sensíveis às realidades concretas das comunidades. Busca-se, assim, (i) valorizar o cuidado como processo integrativo no ciclo das políticas públicas; (ii) articular razão e emoção na formulação de políticas; (iii) reconhecer saberes e engenhosidades locais; e (iv) propor novas perspectivas para infraestrutura urbana e equipamentos sociais.

Dessa forma, a pesquisa reafirma o cuidado como categoria analítica e política essencial à justiça social e à democracia substantiva, destacando a escuta das narrativas e saberes dos grupos sociais como eixo para uma governança participativa e inclusiva.